

O SOCIAL - HISTÓRICO E A EDUCAÇÃO EM CASTORIADIS

SOCIAL-HISTORIC AND EDUCATION IN CASTORIADIS

Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Universidade do Estado do Pará

Resumo

Neste texto faz-se uma análise da concepção social-histórica de Castoriadis com o objetivo de identificar em sua compreensão de sociedade o significado da educação. Consiste em uma pesquisa bibliográfica, tendo como referência algumas obras significativas do autor, entre as quais “A Instituição Imaginária da Sociedade”. Tecendo-se os fios da concepção social-histórica de Castoriadis com a educação são apresentados os pressupostos sócio-históricos de sociedade e os indicadores políticos de mudança social por meio do projeto revolucionário.

Palavras-chave: Castoriadis. Social-Histórico. Sociedade. Educação.

Abstract

In this text, one analyzes the social-historical conception in Castoriadis, with the objective of identifying in his comprehension of the society the meaning of education. It consists in a bibliographic research, that has as reference some meaningful works by this author, specially “A Instituição Imaginária da Sociedade”. Spinning the threads of the social-historical conception by Castoriadis with the education, one presents the social-historical basis of society and the political indicators of social change by means of the revolutionary project.

Key-words: Castoriadis. Social-Historical. Society. Education.

Palavras iniciais

Neste texto analiso a concepção social-histórica de sociedade de Castoriadis¹, apresentando algumas de suas categorias fundamentais, como *autonomia, práxis, imaginário, projeto*, entre outras. O objetivo é identificar nessa compreensão de sociedade o significado da educação.

Para a construção deste texto utilizei a pesquisa bibliográfica, fazendo revisão da leitura de obras significativas de Castoriadis, entre as quais, destaco *A Instituição Imaginária da Sociedade*.

Assim, tecendo os fios da concepção social-histórica de Castoriadis com a educação apresento inicialmente os pressupostos sócio-históricos de sociedade e em seguida os indicadores políticos de mudança social por meio do projeto revolucionário.

Concepção social-histórica de sociedade

Castoriadis (1982) apresenta em relação à sociedade uma explicação social-histórica. Considera o mundo histórico como mundo do *fazer* humano, cujo *fazer* está em relação com o *saber*. Neste sentido, o essencial na educação é a relação que se estabelece entre a criança e o adulto e o processo da evolução desta relação, que depende do que ambos farão como sujeitos autônomos.

O mundo do fazer humano é relacional e implica na autonomia dos sujeitos. A autonomia definida como “a instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito”. A autonomia não seria “a eliminação pura e simples do discurso do outro, e sim a elaboração desse discurso, onde o outro não é material indiferente, porém conta para o conteúdo do que ele diz” (CASTORIADIS, 1982, p. 126 e 129).

A autonomia, então, na visão de Castoriadis, apresenta-se numa dimensão individual e social. No *plano individual*, autonomia é o “domínio do consciente sobre o inconsciente” (1982, p. 123), significando que o Ego deve tomar o lugar do Id na instância de decisão. Não há necessidade da eliminação ou a reabsorção do inconsciente, tra-

ta-se de tomar seu lugar na qualidade de instância de decisão. O inconsciente é compreendido por Jacques Lacan (1961 *apud* CASTORIADIS, 1982) como o discurso do outro. No *plano coletivo*, a autonomia é vista como problema político e social e uma “empreitada coletiva”, já que desejar a autonomia é desejá-la para todos. Para Castoriadis (1982, p.130):

Se a autonomia é essa relação na qual os outros estão sempre presentes como alteridade e como ipseidade do sujeito - então a autonomia só é concebível, já filosoficamente, como um problema e uma relação social.

Esse *outro eu* não é desconhecido, mas um *outro em mim*. Isto significa que “meu discurso deve tomar o lugar do discurso do outro, de um discurso estranho que está em mim e me domina: fala por mim” (CASTORIADIS, 1982, p.124). E, ainda, que o consciente deve tomar o lugar do discurso do inconsciente.

Assim, existe a possibilidade permanente atualizável do ser humano olhar, objetivar, colocar a distância e finalmente transformar o discurso de outro em discurso do sujeito. Entendido o sujeito como ativo que é *sujeito de...* “é olhar e suporte² do olhar, pensamento e suporte do pensamento; é atividade e corpo ativo, corpo material e corpo metafórico” (CASTORIADIS, 1982, p. 127).

O sujeito em Castoriadis não é o eu do *eu penso* cartesiano, *sujeito-atividade pura*, dos filósofos subjetivistas, e sim atividade sobre alguma coisa. Sujeito efetivo totalmente penetrado pelo mundo e pelos outros, um ser de *práxis*. O suporte da articulação de si e do outro é o *corpo*, que não é alienação, mas participação no mundo e no sentido, ligação e mobilidade, pré-constituição de um universo de significações antes de todo pensamento refletido. Estrutura concreta do sujeito. Para Castoriadis (1982, p. 96) o sujeito na *práxis*:

é transformado constantemente a partir desta experiência em que está engajado e que ele *faz*, mas que o *faz* também. “Os pedagogos são educados”, “o poema faz seu poeta”. E é obvio que daí resulta uma modificação contínua, no fundo e na forma, da *relação* entre um sujeito e um objeto os quais nunca podem ser definidos de uma vez por todas.

¹ Cornelius Castoriadis (1922-1997). Filósofo grego, naturalizado francês, viveu na França desde 1945 até sua morte em 1997; foi militante do Partido Comunista e fundou com Claude Lefort o Grupo (1948) e a Revista (1949) denominados “Socialismo ou Barbárie”. Rompeu com o Partido Comunista em 1949 e tornou-se crítico do marxismo e do totalitarismo soviético. Em 1979 assumiu a direção de estudos da Ecole des Hautes Etudes en Sociales Sciences. Filósofo da autonomia, publicou importantes obras, entre as quais destaca-se: “A Instituição Imaginária da Sociedade”.

² Suporte significa condição eficiente da atividade do sujeito. É a união produzida e produtora de si e do outro (ou do mundo) (CASTORIADIS, 1982).

Práxis entendida como um fazer no qual o (s) outro (s) são visados como autônomos e considerados agentes essenciais ao desenvolvimento de sua própria autonomia. Neste sentido, para Castoriadis (1982, p. 94) a educação pertence à práxis, considerando que “existe na *práxis* um *por fazer*; mas esse por fazer é específico: é precisamente o desenvolvimento da autonomia do outro ou dos outros”.

O objetivo da educação para Castoriadis (1992, p. 156) é possibilitar homens e mulheres tornarem-se seres humanos autônomos. Neste sentido, a pedagogia tem como fim “desenvolver a capacidade de aprender do sujeito – aprender a aprender, aprender a descobrir, aprender a inventar”.

Assim, o sujeito da educação é autônomo, que se faz com o outro na própria ação educativa, ou seja, no processo do seu saber-fazer pedagógico. Na relação pedagógica o educador e o educando não se constituem em objeto, mas sujeitos do seu conhecimento e de sua história.

A autonomia possibilita, então, a auto-instituição da sociedade e também da instituição educacional, construída num processo dialético de união e tensão entre o instituído e o instituinte.

O social-histórico em Castoriadis seria um *coletivo anônimo* constituído, por um lado, de estruturas dadas, as instituições e as obras *materializadas* sejam elas materiais ou não e, por outro, o que estrutura, institui, materializa. É a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo.

Nesta perspectiva, a sociedade e a educação são criações humanas e não formas eternas ou *a priori*. O sujeito e a verdade do conhecimento estão relacionados a um mundo social-histórico que se auto-institui. **O processo educacional, então, não é determinado *a priori*, na medida em que é uma produção histórica humana.** A dimensão social-histórica enquanto dimensão do coletivo e do anônimo instaura uma relação simultânea de interioridade e exterioridade, de participação e de exclusão, a qual não pode ser abolida nem mesmo dominada.

O social é o que é de todos e não é de ninguém, constituindo-se em uma dimensão indefinida, que se dá como estrutura (forma e conteúdo indissociáveis), mas que supera toda estrutura dada. É o que só pode apresentar-se *na e pela instituição*, porém é *mais do que a instituição*, sendo, paradoxalmente, o que preenche a instituição,

o que se deixa formar por ela, o que sobredetermina seu funcionamento e aquilo que a cria, a mantém em existência, a altera. Então, para Castoriadis (1982, p. 135) “há o social instituído, mas este pressupõe sempre o social instituinte”.

Neste sentido, todas as relações sociais e educacionais reais são instituídas porque foram estabelecidas como formas de fazer universais, simbolizadas e sancionadas. Isto significa que a relação professor-aluno no sistema educacional é institucionalizada.

Na visão de Castoriadis (1982) a relação do ser humano com o social e com o histórico, que é seu desenvolvimento no tempo, é uma relação não de dependência, mas de *inerência*, que como tal não é liberdade, nem alienação, mas o terreno no qual a liberdade e a alienação podem existir.

A alienação existe para além do discurso do outro, porque se manifesta como massa de condições de privação e opressão, como estrutura solidificada global, material e institucional, de economia, de poder e de ideologia, como indução, mistificação, manipulação e violência. Não aparece simplesmente como discurso do outro, mas o outro desaparece no anonimato coletivo, na impessoalidade dos *mecanismos do mercado* ou da racionalidade da lei de alguns, apresentada como lei simplesmente. Mas, conjuntamente, o outro não é mais um discurso, e sim está encarnado fora do inconsciente individual, no inconsciente de todos os concernidos. A alienação, então, surge como instituída. Assim, a relação da alienação com as instituições é dupla: (1) as instituições são alienantes em seu conteúdo específico e (2) enquanto exprimem ou sancionam uma estrutura de classe (divisão antagônica da sociedade e concomitantemente, o poder de uma categoria social determinada sobre o conjunto).

Na educação também se apresenta a relação de inerência do ser humano com o social e o histórico, em que a alienação e a liberdade habitam, podendo a educação manter o imaginário e a ideologia de manutenção de poder de uma determinada categoria social, assim como modificá-los.

Mudança social: projeto revolucionário

A questão da mudança social em Castoriadis está vinculada à da construção da racionalidade, que implica em mudanças nas significações estabelecidas. Mudar a sociedade implica não só em modificações na estrutura organiza-

cional das instituições e do saber, mas, sobretudo, nas relações do ser humano com o saber e a instituição.

Se uma nova cultura humana é criada, após uma transformação radical da sociedade existente, ela não terá somente que se declarar contra a divisão do trabalho sob suas formas conhecidas, em particular a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual; ela se fará junto com uma mudança das significações estabelecidas, dos quadros da racionalidade, da ciência dos últimos séculos e da tecnologia que lhes é homogênea (CASTORIADIS, 1987, p.263).

A instauração de uma outra história social implica na modificação das instituições existentes e de seus paradigmas teóricos com a construção de novas instituições e de uma nova forma de instituir-se e de relacionar-se a sociedade e os homens com a instituição.

O olhar para a mudança na instituição educacional à luz do pensamento sócio-histórico de Castoriadis implica em estabelecer-se uma nova relação do ser humano com o saber, ou seja, com a construção da racionalidade historicamente construída e com a própria organização escolar instituída, possibilitando a criação de uma nova relação com a instituição escolar. Isso, porque, subjacente ao social encontra-se o *imaginário* que se distingue da *ideologia*, porque esta consiste em uma tentativa de justificação racional pelos grupos sociais no sentido de conservar ou alterar a situação existente, enquanto o imaginário consiste na “criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica-psíquica) de figuras /formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos” (CASTORIADIS, 1982, p.13).

Chama atenção Castoriadis no discurso do Outro, a relação com o imaginário, na medida em que o sujeito é dominado por um imaginário vivido como real e a autonomia seria a instauração de uma outra relação transformando o discurso negado em discurso do sujeito. Neste sentido, é no plano simbólico que se constroem as relações intersubjetivas e os projetos de mudança social. “Tudo o que se nos apresenta no mundo social-histórico está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico” (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

Além disso, o fazer histórico só é possível

por meio da *imaginação produtiva* ou criadora. A criação é a “capacidade de dar-se aquilo que não é”, isto significa que a criação não é dada na percepção nem no encadeamento simbólico do pensamento racional já constituído, na medida em que “a humanidade se autocria como sociedade e como história” (CASTORIADIS, 1982, p. 161).

No processo de mudança social e educacional encontramos as categorias de *autonomia*, *práxis* e *projeto* que se constituem na intenção consciente de transformar a realidade, na medida em que contém uma representação ideológica/imaginária do sentido desta transformação.

A *práxis* implica numa relação recíproca entre o saber e o fazer, e o seu sujeito, um ser em permanente transformação “transformado constantemente a partir da experiência em que está engajado e que ele faz, mas que o faz também” (CASTORIADIS, 1982, p. 96). A *práxis* de auto-criação da sociedade seria feita pelos movimentos dos seres humanos articulados a um discurso teórico e político. Assim:

a auto-transformação da sociedade diz respeito ao fazer social - e, portanto, também político no sentido profundo do termo - dos homens na sociedade e a nada mais. O fazer pensante e o pensar político - o pensar da sociedade como se fazendo - é um componente essencial disso (CASTORIADIS, 1982, p. 418).

Essa visão autônoma, dinâmica e dialética da sociedade introduzida por Castoriadis, redefine o projeto revolucionário de uma sociedade, enfatizando a coletividade na dinâmica de mudança social, ou seja, o *fazer pensante e político* de homens e mulheres na sociedade. Neste contexto a educação adquire uma conotação político-libertadora, sendo possível os indivíduos como cidadãos serem “educados para e pela democracia” (CASTORIADIS, 1999, p. 219 e 221). A educação como uma ação criadora do sujeito é histórica e pressupõe um engajamento político com a transformação social.

Na visão de Castoriadis (1999; 1992), a educação se apresenta como uma atividade *prático-poiética*, cuja tarefa não é a intercompreensão entre o professor e o aluno, em suas relações intersubjetivas, mas possibilitar ao aluno o acesso à sua autonomia, ou seja, desenvolver a capacidade de se questionar e de se transformar de forma consciente.

A política revolucionária configura-se em uma práxis que se dá como objeto de organização e

orientação da sociedade, de modo a permitir a autonomia de todos, reconhecendo que esta pressupõe uma transformação radical da sociedade que, por sua vez, só será possível pelo desdobramento da atividade autônoma dos seres humanos. Neste sentido, um *projeto revolucionário* consiste na “reorganização e reorientação da sociedade pela ação autônoma dos homens” (CASTORIADIS, 1982, p. 97).

Esta compreensão de projeto revolucionário no campo educacional é vista como a capacidade de reorganização pelas ações autônomas dos sujeitos do sistema escolar. Há uma organização instituída, mas que é capaz de ser modificada pela ação consciente, crítica e autônoma dos atores educacionais.

Castoriadis defende a tese de um não-determinismo econômico-histórico, ao explicar que:

Fazer um livro, uma criança, uma revolução, fazer apenas é projetar-se em uma situação futura que se abre por todos os lados em direção ao desconhecido, que não podemos, pois, possuir de antemão em pensamento, mas que devemos obrigatoriamente supor como definida no que diz respeito às decisões atuais. Um fazer lúcido é aquele que não se aliena na imagem já adquirida desta situação por vir, que a cada passo, que não confunde a intenção e a realidade, desejável e provável, que não se perde em conjecturas e especulações quanto aos aspectos do futuro que não importam para o que deve ser feito agora ou quanto aos quais nada podemos; mas que não renuncia, também a esta imagem, porque então não somente “ele não sabe onde vai”, como também, não sabe nem mesmo mais onde quer ir (é por isso que a divisa de todo reformismo, “o fim não é nada, o movimento é tudo”, é absurdo: todo movimento é movimento em direção a; é outra coisa pretender que, como não existem fins pré-determinados na história, todas as definições do fim revelam-se sucessivamente provisórias (1982, p. 108).

Refuta de Marx o determinismo histórico, considerando que o marxismo transforma-se em uma “teoria acabada” ao “fixar irrevogavelmente a estrutura e o conteúdo da história da humanidade” (CASTORIADIS, 1982, p.86), e elabora outra lógica de pensar a sociedade, a da autonomia. Assim, a política revolucionária consiste em reconhecer e explicitar os problemas da sociedade

como totalidade, mas a sociedade vista como ativa frente aos seus próprios problemas.

A práxis [...] encontra a totalidade como unidade aberta fazendo-se a si mesma [...] Se a verdade não está na coisa mas na relação, e se, como é evidente, não existem fronteiras na relação, então necessariamente “o Verdadeiro é o Todo”. (CASTORIADIS, 1982, p. 110).

O projeto revolucionário em Castoriadis (1982, p. 116) tem suas raízes na realidade histórica efetiva, na crise da sociedade estabelecida e na sua contestação realizada pelos indivíduos. Esta crise não está na “contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a manutenção das relações de produção capitalistas”, tal como a perspectiva marxista, mas consiste “em que a organização social só pode realizar os fins que se propõe usando meios que os contradizem, fazendo nascerem exigências que não pode satisfazer, estabelecendo critérios que é incapaz de aplicar, normas que é obrigada a violar”. A crise não é simplesmente uma oposição entre classes, ela é em si mesma conflitual. Além disso, a contestação não consiste simplesmente, como na visão marxista, “a luta dos trabalhadores contra a exploração, nem sua mobilização política contra o regime” e sim a manifestação nos grandes conflitos abertos e nas revoluções que marcam a história do capitalismo, estando presente de uma forma implícita e latente no cotidiano, no modo de trabalho e de viver dos indivíduos.

Nesta perspectiva, a sociedade e a educação são contraditórias, isto é, conservadoras e ao mesmo tempo participativas e criativas, vindo de encontro à ordem existente. O conflito e a contestação estão presentes de uma forma implícita e latente no trabalho, na escola, na vida cotidiana e no modo de existência dos indivíduos, não caracterizando, por exemplo, a luta dos trabalhadores apenas contra a exploração, nem mobilização política contra o regime. Desta forma, para Castoriadis haveria formas de resistências cotidianas.

Um projeto revolucionário visaria modificar a educação através da práxis humana, das ações autônomas dos homens. Desta forma haveria pela práxis, um condicionamento recíproco entre sujeito e objeto, entre elucidação e transformação real. Uma sociedade [e educação] autônoma seria aquela “cujas instituições, uma vez interiorizadas pelos indivíduos, facilitam o mais possível seu acesso à sua autonomia individual e sua participação efetiva em

todo poder explícito existente na sociedade” (CASTORIADIS, 1991, p. 37).

Essa visão de projeto revolucionário coletivo construído pelas ações autônomas dos seres humanos evidencia o momento presente e o cotidiano. Isto significa que são nas práticas cotidianas escolares que as mudanças se efetivam.

Palavras finais

A educação aparece nos escritos de Castoriadis entrelaçados em sua concepção social-histórica de sociedade. A análise de sociedade indica em Castoriadis uma compreensão de educação em que as categorias *autonomia*, *práxis*, *imaginário* e *projeto* estão presentes.

A educação é uma ação coletiva, relacional e de práxis, não sendo, portanto, determinada *a priori*, sendo construída num processo dialético de união e tensão entre o instituído e o instituinte.

Neste sentido, a educação é criação porque os seus sujeitos são históricos e criativos. Além disso, pelo fato das relações educacionais institucionalizadas se dimensionarem como simbólicas torna-se importante a compreensão dos significados dos imaginários e das representações dos sujeitos educacionais e as relações de poder estabelecidas, uma vez que nessas relações alienação e liberdade coexistem, caracterizando a educação como contraditória.

Assim, mudar a educação é possível por meio de um projeto político e revolucionário, que consiste na capacidade de reorganização do sistema escolar pelas ações autônomas dos sujeitos. Há uma educação instituída, mas que pode ser modificada pela ação consciente, crítica e autônoma dos atores educacionais.

Referências

CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *O Mundo fragmentado: as encruzilhadas do labirinto/3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Projeto de Autonomia*. Porto Alegre: Palmarinca, 1991.

_____. *As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Ivanilde Apoluceno de Oliveira

Doutora em Educação/ Currículo (PUC/SP-2002), com doutorado sanduiche na UNAM e UAM-Iztapalapa, no México (2001). Professora titular da Universidade do Estado do Pará/ Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação. É membro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEED) e coordena o Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP/ UEPA. Atua na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, Educação Popular e Educação Inclusiva.

Recebido em 12/08/2009

Aprovado para publicação em 10/09/2009